



RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo nº: 23531/2023

Pregão Eletrônico nº: 064/2023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Equipamentos de Fisioterapia e Materiais Médicos e Laboratoriais para a Secretaria Municipal de Saúde.

Recorrente: ETP – EQUIPAMENTOS TERAPÊUTICOS PERSONALIZADOS COM LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.692.553/0001-64.

Recorrida: TEMPO COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.564.626/0001-99.

I – PRELIMINARES

Trata-se de análise de Recurso interposto TEMPESTIVAMENTE contra a decisão desta Pregoeira em classificar a empresa TEMPO COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA no item 15 (CADEIRA DE RODAS ADULTO).

A empresa ETP – EQUIPAMENTOS TERAPÊUTICOS PERSONALIZADOS COM LTDA apresentou intenção de recurso, que foi aceita pela Pregoeira para análise. Vejamos:

"Bom dia. Apresentamos Intenção de Recurso tendo em vista que o valor de R\$ 770,00 para a CR PRÁTICA C/ ELEVAÇÃO é absolutamente inexequível, estando abaixo do custo na fabrica, e solicitaremos a apresentação de PLANILHA DE CUSTOS detalhada por parte do licitante. Obrigado".

II - DA TEMPESTIVIDADE

No Pregão Eletrônico, a manifestação da intenção de recorrer deve ser apresentada em campo específico no sistema COMPRASNET, o que foi realizado pela empresa recorrente, uma vez que registrou prévia intenção de recorrer, que foi aceita por esta pregoeira. A empresa ETP – EQUIPAMENTOS TERAPÊUTICOS PERSONALIZADOS COM LTDA (Recorrente), após aceita a sua intenção de recurso, apresentou TEMPESTIVAMENTE, por meio do Sistema COMPRASNET, as suas razões recursais.

III- DO RECURSO

A empresa recorrente apresentou recurso argumentando que o produto ofertado tem valor inexequível em relação ao praticado no mercado, alegando em suas razões o que segue:





"Tendo em vista que ao analisar a PROPOSTA COMERCIAL do licitante que ficou em 1º lugar - TEMPO COMERCIAL -, verificamos que o modelo ofertado CADEIRA DE RODAS, MOD. PRÁTICA COM ELEVAÇÃO do fabricante PROLIFE teve como lance final o valor de R\$ 770,00, a unidade."...

..."Como clientes da PROLIFE temos conhecimento de que este valor é absolutamente inexecutável para o modelo citado, qual seja, CR PRÁTICA COM ELEVAÇÃO."...

"Desta forma, baseado no ITEM 18 – 18.9 letras A – B – C – D (copia abaixo) solicitamos que o licitante TEMPO COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA apresente PLANILHA DE CUSTOS evidenciando que o valor total deve ser incluído, conforme o edital:

- 1- Valor do produto
- 2- Frete (até a instituição)
- 3- Impostos e encargos
- 4- Encargos previdenciários, trabalhistas,
- 5- Quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens."...

..."Gostaríamos de evidenciar o preço inexecutável devido a todos esses custos e pela pesquisa de mercado feita pela instituição anteriormente e chegar no valor estimado. O ganhador do certame está com o valor total muito inferior, podendo prejudicar a instituição. "...

..."18.9. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá:

- a. Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- b. Solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;
- c. Sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- d. Realizar diligências em sites oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos."





IV - DAS CONTRARRAZÕES

TEMPO COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA não apresentou suas contrarrazões de recurso.

V - DA ANÁLISE

A Recorrente argumenta em sua peça recursal que o produto ofertado para o item 15 pela empresa TEMPO COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA está com preço inexequível, fato que prejudicará a entrega do bem.

Assim, fundamentados no art. 43, § 3º, e no subitem 32.7 do edital, por meio do Ofício CGL.DP/EXTERNO nº 090/2024, encaminhado por e-mail no dia 03/04/2024, parte integrante deste instrumento, realizamos diligência solicitando que a Recorrida comprovasse a exequibilidade do preço ofertado para o item 15. Em resposta, a Recorrida informou que o “valor foi referente a cadeira de rodas sem apoio removível” e pedindo para desconsiderar a proposta ofertada para o item 15.

Ante ao exposto, considerando que o preço é de fato inexequível, assiste razão à Recorrente, com a consequente desclassificação do item 15 da Recorrida.

VI - CONCLUSÃO

Ressaltamos que a todo momento durante a sessão da licitação em comento, essa pregoeira se pautou na vinculação ao instrumento convocatório assegurando desta forma os direitos dos licitantes e a lisura do processo como um todo. Assim, necessário se faz lembrar da redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Esse dispositivo é claro ao usar a expressão “estritamente vinculada”. Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital.

Desta forma, após a realização de diligência, constatou-se que o preço ofertado para o item 15 é inexequível, cabendo a esta Pregoeira e Equipe de Apoio desclassificar a Recorrida no item mencionado.

Assim, em face das razões acima citadas, DEFERIMOS os pedidos formulados pela Recorrente.

Que o presente julgamento, com as peças recursais apresentadas, sejam anexados ao processo principal.





PREFEITURA DE
ARAPIRACA

COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

Que seja ainda disponibilizado o presente julgado aos interessados;

Arapiraca – AL, 03 de abril de 2024.


Yasmin Oliveira Kummer Souza Rodrigues
Pregoeira
Portaria nº 918/2023

